



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2009 (do Sr. Duarte Nogueira)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores, José Sergio Gabrielli - Presidente da Petrobrás, Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo e representantes do Ministério de Relações Exteriores para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre a participação da Sinopec na exploração de petróleo na Bacia Pará-Maranhão como parte de acordo entre o Brasil e a China.

Senhor Presidente:

Requeiro que V. Exa., com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença dos Senhores Presidentes da Petrobrás, da Agência Nacional de Petróleo, bem como representantes do Ministério das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre participação da empresa chinesa de petróleo - Sinopec na exploração de petróleo na Bacia Pará-Maranhão como parte do acordo firmado entre o Brasil e a China.

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 28 de maio de 2009 publicou notícia sob o título **“Petrobrás oferece parceria a chineses”**. Diz a notícia:

“Participação da Sinopec na exploração de petróleo na Bacia Pará-Maranhão é parte de acordo entre os dois países”

Nicola Pamplona

Petrobrás ofereceu à chinesa Sinopec participação em duas áreas de concessões para exploração de petróleo na Bacia do Pará-Maranhão, considerada a nova fronteira exploratória brasileira. A oferta faz parte do memorando de entendimentos assinado pelas duas companhias na semana passada, em visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, e pode marcar a estreia dos chineses na exploração de petróleo no País.

Segundo a estatal, porém, ainda não há definições sobre como e quando se dará a entrada da Sinopec nas concessões. O acordo anunciado entre os dois países garante à estatal brasileira um financiamento de US\$ 10 bilhões do China Development Bank (CDB) e um contrato de venda de petróleo para a China por dez



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

anos. Em troca, garante 200 mil barris por dia ao mercado chinês e pode comprar equipamentos de fabricantes chineses.

A concessão de financiamento em troca de garantia de suprimento de petróleo é estratégia que vem sendo adotada pela China, hoje importadora de metade do óleo que consome. O país já se comprometeu a emprestar US\$ 25 bilhões à Rússia e acenou com o abatimento de dívidas da Venezuela no CDB. Além disso, as empresas petrolíferas chinesas têm sido agressivas em leilões de áreas exploratórias realizados na África.

Segunda maior produtora de petróleo e maior refinadora chinesa, a Sinopec ainda não tem operações no segmento de exploração e produção de petróleo no País - apesar de contar com importante contrato com a Petrobrás no segmento de dutos, para a construção de trechos do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). A estatal informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que ainda não inciou negociações para detalhar a entrada da empresa nas concessões do Pará-Maranhão.

Há hoje 13 concessões petrolíferas naquela bacia, que ainda não teve descobertas de grandes volumes de petróleo, embora indícios da existência de óleo leve e gás tenham sido encontrados em poços perfurados no início da década de 80. Uma pequena produção foi realizada entre 1981 e 1984, em águas rasas na bacia, segundo informou a ANP em seminário realizado antes da 9ª Rodada de Licitações, em 2008, na qual ofertou blocos na bacia.

Atualmente, as companhias que têm concessões na região trabalham na avaliação de dados sísmicos para definir a perfuração de poços. Uma das concessionárias da região, a OGX acredita em um potencial superior a 400 milhões de barris de petróleo em suas cinco concessões na bacia - que diz ter características semelhantes à costa de Gana, onde há descobertas importantes de petróleo."

A realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância para que esta Comissão cumpra suas atribuições constitucionais.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2009

Deputado Duarte Nogueira